

## CARTA DO I FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ÀS AUTORIDADES BRASILEIRAS

Senhores e senhoras autoridades do governo brasileiro, parentes e representantes das organizações internacionais:

Nós, educadoras e educadores indígenas, representantes de organizações governamentais e da sociedade civil, fóruns de educação escolar indígena de 11 estados brasileiros e 33 povos indígenas reunidos no I Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, entre os dias 01 a 03 de dezembro, na cidade de Luziânia – GO, vimos a público manifestar nossa preocupação com o futuro das políticas de educação escolar indígena e nossa desaprovação para com as reformas administrativas que atingem diretamente a estrutura administrativa do Ministério da Educação, precarizando ainda mais a educação escolar indígena.

Nossa preocupação soma-se às lutas de nossos mestres tradicionais e caciques pelos nossos territórios tradicionais, direito à saúde e à educação diferenciada. Levamos ao conhecimento das autoridades as milhares de crianças indígenas que sequer possuem um prédio para chamá-lo de escola. Falamos em nome das crianças que não podem deslocar-se às escolas porque o transporte escolar não as atende nas áreas de difícil acesso e áreas de retomada, ainda não homologadas pelo governo brasileiro. Chamamos a atenção para a precariedade, especialmente das escolas de nível médio que são urbanizadas e colonizadoras, não atendendo às necessidades e expectativas de nossas comunidades.

Acompanhamos com pesar as ações jurídicas, projetos de lei e atos administrativos desfavoráveis aos povos indígenas nos três poderes. Esses ataques aos direitos indígenas precarizam também a educação escolar indígena, criminalizam nossas lideranças, fomentam o racismo e incitam a violência. Para ilustrar, lembramos o assassinato por pistoleiros dos professores indígenas Rolindo Vera e Genivaldo Vera quando acompanhavam seus alunos no retorno à aldeia Ypo'i, em 2009, no município de Paranhos, MS.

Reafirmamos que as recentes reformas administrativas, anunciadas pelo governo brasileiro, afetam diretamente nossos direitos fundamentais enquanto povos indígenas. Estas reformas, conduzidas pelo poder executivo, não foram submetidas à

consulta da comunidade dos afetados, configurando, além de atentado à ética, um desrespeito à autonomia dos povos indígenas, pois desconsiderou a consulta prévia, livre e informada, como prevê a convenção 169 da OIT, além de atentar contra o direito constitucional a uma educação diferenciada, intercultural, multilíngue e comunitária.

Entendemos que o ajuste fiscal não pode ser o motivo para pauperizar os excluídos, especialmente os povos indígenas, desde o início da colonização. Consideramos que o ajuste não é motivo para precarizar ainda mais o trabalho dos professores indígenas e as escolas indígenas que, somadas às escolas do campo, somam metade de todas as escolas brasileiras.

Entre as reformas cogitadas pelo governo, que somos contrários, está a extinção no âmbito do Ministério da Educação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Entendemos que extinção da SECADI, por sua vez, arrancará do âmbito do Ministério da Educação a Secretaria que representa princípios de cidadania, inclusão e combate a todas as formas de intolerância e discriminação, presentes na Constituição da República Federativa do Brasil.

A SECADI tem sido um dos poucos espaços de interlocução dos povos indígenas para implementar políticas públicas nas áreas de educação escolar indígena, especialmente a política dos Territórios Etnoeducacionais, conforme o decreto 6861/2009, que define sua organização em territórios etnoeducacionais. Do mesmo modo, a SECADI tem sido um espaço precioso para implementação de políticas para os povos do campo e quilombolas, resgatando dívidas que se arrastam ao longo de nossa história.

Alertamos o Estado brasileiro que em virtude das restrições orçamentárias e de pessoal os territórios etnoeducacionais não foram sequer pactuados na íntegra até o momento. Convidamos o governo brasileiro para que, em momento de crise, tenha a coragem de investir na educação como caminho para o crescimento e para a dignidade de nossas comunidades, especialmente das gerações futuras, pois metade da população indígena brasileira está em idade escolar.

Propomos que o Ministério da Educação acelere os preparativos da II Conferência Nacional da Educação Escolar Indígena, reforce a estrutura administrativa da SECADI, garantindo os recursos financeiros e humanos necessários para efetivar a política dos territórios etnoeducacionais e intensifique o diálogo com os representantes

regionais da educação escolar indígena, reunidos no Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena.

Por fim, ressaltamos que qualquer reforma administrativa que venha retirar direitos conquistados pelos nossos antepassados e lideranças contribui para o massacre que nosso povo sofre diariamente e que não será aceita por nós, educadoras e educadores indígenas.

Assinam abaixo representantes presentes no I Fórum de Educação Escolar Indígena.

Luziânia – GO, 02 de dezembro de 2015.